



PREFEITURA MUNICIPAL DE

BARRINHA

Estado de São Paulo



Administração 2017/2020

Praça Antonio Prado, 70 | Centro | CEP 14860-000

PABX: (16) 3943-9400 | Fax: (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

OFÍCIO Nº. 088/2017

Barrinha, 29 de setembro de 2.017.

AO
EXMO. SR.
RONALDO DA SILVA ALVES
DD. Presidente da Câmara Municipal
BARRINHA

PROTOCOLO

Barrinha

Assinatura

Ref – Projeto de Lei

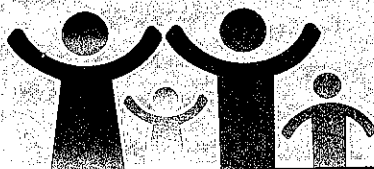
Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Em anexo ao presente encaminhamos a esse Egrégio Legislativo, para a devida apreciação dos senhores vereadores Projeto de Lei que “Considera legalmente autorizados na forma que especifica os créditos suplementares e extraordinários abertos mediante decreto durante o exercício financeiro de 2015 na forma que especifica e dá outras providências”.

Nesse contexto, esclarecemos que no decorrer do exercício financeiro de 2015, conforme expressamente autorizado na Lei de Diretrizes Orçamentária, Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, visando reforçar dotações orçamentárias insuficientemente consignadas, promovemos a abertura de alguns créditos suplementares ou extraordinários destinados à manutenção de uma série de despesas imprescindíveis e essenciais à população de um modo geral.

Referidas alterações orçamentárias foram promovidas através dos Decretos Municipais nºs. 02, 16, 22, 23, 24, 27, 28, 33, 40, 41, 44, 46, 47, 53, 57, 59, e 60 que seguem anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

BARRINHA

Estado de São Paulo



Administração 2017/2020

Praça Antonio Prado, 70 | Centro | CEP 14860-000

PABX: (16) 3943-9400 | Fax: (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

Nesse mesmo diapasão, forçoso observarmos as alterações orçamentárias realizadas pela municipalidade se limitaram a suprir eventuais omissões ou a promover ajustes na peça orçamentária, sem, contudo, inserir-lhe novas ações governamentais, garantindo-se a continuidade dos serviços essenciais em benefício da cidadania.

Mesmo assim, procuramos compatibilizar os créditos abertos com o entendimento e convalidação da Edilidade.

Deste modo, lançamos mão do instituto da convalidação, recurso pacificamente aceito tanto pela doutrina como pela jurisprudência pátria.

Nesse sentido, a presente lei procura convalidar as alterações orçamentárias promovidas pelos Decretos indicados mediante ratificação, que se apresenta como um dos gêneros da espécie convalidação, se assim podemos dizer, uma vez que a ratificação pretendida pelo presente projeto de lei versa sobre uma das possíveis formas de convalidação.

Todavia, pedimos vênica para afirmar categoricamente que as suplementações realizadas que ora se pretende ratificar mediante lei, são atos absolutamente legais, estando os mesmos respaldados expressamente pela Constituição Federal, pela Lei Federal nº 4.320 e pela própria Lei Orçamentária Anual.

Ratificando esse entendimento, estipula a Constituição Federal:

"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: (...) § 8º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei." grifamos

Por sua vez, a Lei Federal nº. 4.320/64, recepcionada como lei complementar pela Constituição de 1988 e que estabelece normas para elaboração dos orçamentos da União Estados, Municípios e Distrito Federal dispõe:



“Art. 7º A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para: I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas às disposições do artigo 43.”

Com fulcro nos referidos dispositivos legais acima, é que habitualmente se faz incluir nas leis orçamentárias tal autorização, geralmente sob a forma de um percentual do orçamento total que pode ser objeto de crédito suplementar através de Decreto, sem que seja necessária lei formal específica.

De igual modo foram abertos créditos extraordinários com fundamento no § 3º do artigo 201 da Lei Orgânica Municipal c/c o § 3º do artigo 167 da Constituição Federal e artigo 41, inciso III da Lei Federal 4.320/64.

Portanto, justamente com base nestes dispositivos é que foram abertos os créditos suplementares no ano de 2015 pela Contadoria.

Demonstrada a legalidade referente à abertura dos créditos suplementares e extraordinários mediante decreto, resta evidente que a convalidação ora proposta objetiva tão somente a fazer valer a interpretação dada à matéria.

Satisfeita a questão da legalidade, avancemos singelamente¹ sobre o instituto da convalidação.

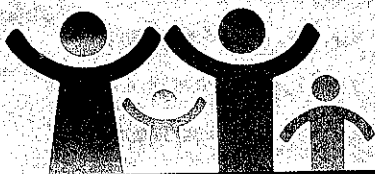
Segundo leciona Diogo de Figueiredo Moreira Neto² convalidação,

“É o ato administrativo pelo qual um agente competente, suprindo falha ou corrigindo defeito de competência, declara o ato que estava viciado quanto a este elemento íntegro e válido desde a origem.”

José dos Santos Carvalho Filho³, sobre a regra de convalidação na Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, assim comenta:

¹ Porque não se pretende esgotar a matéria nesta mensagem, mas tão somente fornecer subsídios para que os integrantes do Legislativo possam deliberar sobre a propositura.

² Curso de direito administrativo. 14 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 217.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

BARRINHA

Estado de São Paulo



Administração 2017/2020

Praça Antonio Prado, 70 | Centro | CEP 14860-000
PABX: (16) 3943-9400 | Fax: (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

“De fato, em certas situações é possível que um ato administrativo, inquinado de vício sem maior gravidade, possa ser convertido em ato válido, com a eliminação do vício, aproveitando-se os efeitos anteriormente produzidos. Evita-se, assim, a simples retirada do ato e de seus efeitos, quando a gravidade do vício é de pouca dimensão e não justifica conduta tão rigorosa.”

A admissibilidade de convalidação dos atos com defeitos de menor gravidade vem paulatinamente carreando a simpatia da melhor doutrina, sendo interessante aqui transcrever a lição do sempre festejado Celso Antônio Bandeira de Mello⁴:

“Não brigam com o princípio da legalidade, antes lhe atendem o espírito, as soluções que se inspirem na tranquilização das relações que não comprometem insuprivelmente o interesse público, conquanto tenham sido produzidas de maneira inválida. E que a convalidação é uma forma de recomposição de legalidade ferida. Portanto, não é repugnante ao Direito Administrativo a hipótese de convalescimento dos atos administrativos.” (grifou-se)

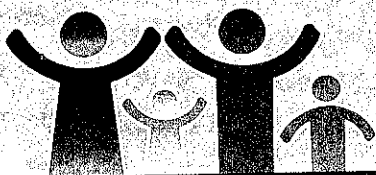
Nesse cenário, expressiva é a passagem do voto condutor do eminente Min. Cernicchiaro, no REsp. nº. 136.204-RS⁵:

“Na vida social, importa que não se eternize o estado de incerteza e de luta quanto aos direitos das pessoas; por isso, consolida-se a situação criada pelo ato nascido, embora com pecado original.”

³ In: Processo administrativo federal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001. p. 263.

⁴ Curso de Direito Administrativo. 12ª. Ed.. São Paulo: Malheiros, 2000. p.204.

⁵ STJ, REsp. nº 136.204-RS (97.0041207-5), Rel. Min. Vicente Cernicchiaro, 6ª Turma, julgado em 21.10.97.



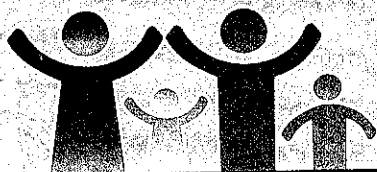
Em escólio ao preceptivo em tela, perfilga trecho de v. acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos autos da apelação cível nº. 056.333-5/2-00 que teve como Relator o Eminentíssimo Desembargador Sidnei Beneti:

“É da essência da teoria geral das nulidades, em todos os ramos do direito, a possibilidade de sanção, quando se trate de nulidade puramente formal. Caso contrário, da nulidade decorreria, em verdade, a impossibilidade de correção do erro administrativo, o que seria absurdo desses que sistema jurídico nenhum poderia, sem afronta à inteligência do ser humano, agasalhar. Bem lembrou a apelada a lição, agora pertinentemente do mesmo Mestre CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO, no sentido de que a convalidação do ato administrativo é perfeitamente possível por intermédio de ato da administração, quando “esta corrige o defeito do primeiro ato mediante um segundo ato o qual produz de forma consonante com o direito aquilo que dantes fora efetuado de modo dissonante com o Direito” (fls. 562). E também se anotou a possibilidade de convalidação do ato administrativo mediante a sanção de defeitos formais nele contidos, ante a lembrança de ANTONIO CARLOS CINTRA DO AMARAL, no sentido de que apenas “os atos viciados quanto ao conteúdo não podem ser convalidados” (cf. “Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos”, fls. 562)”.

Pondo uma pá de cal na discussão acerca da possibilidade de convalidação dos atos administrativos o art. 55 da Lei Federal nº. 9.784/99 fez constar expressamente o direito da Administração de convalidar atos administrativos com defeitos sanáveis.

Veja-se:

“Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.”



PREFEITURA MUNICIPAL DE

BARRINHA

Estado de São Paulo



Administração 2017/2020

Praça Antonio Prado, 70 | Centro | CEP 14860-000
PABX: (16) 3943-9400 | Fax: (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

Data vênua, sob todos os ângulos, possível a ratificação no caso apresentado em face dos argumentos que indicam tal solução, merecendo destaque ainda a restauração não só da legalidade, mas, sobretudo, da estabilidade das relações constituídas que dever permear em face do princípio da segurança jurídica.

De mais a mais, a busca da eficiência administrativa indica, da mesma forma, tal solução, uma vez que não haveria sentido invalidar os atos para, depois, realizá-los novamente, o que se daria em detrimento da coletividade.

No caso apresentado, portanto, todos os atos de suplementação podem ser convalidados pelo Legislativo, que é absolutamente competente capaz para tanto, de forma que os efeitos produzidos pelas despesas viabilizadas em razão das suplementações orçamentárias possam ser preservados.

Quanto à retroatividade da lei de convalidação, cabe comentar que as normas legais devem se pautar, em regra, pelo princípio da irretroatividade, no escopo de garantir a certeza e a segurança nas relações jurídicas e, com efeito, proteger o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada (CF, art. 50, XXXVI).

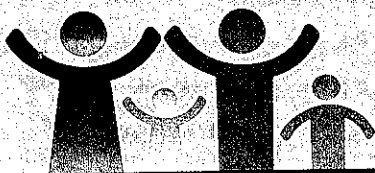
Logo, no ordenamento jurídico brasileiro, as leis são editadas para vigor da data de sua publicação para frente, salvo nas hipóteses de lei penal mais benigna (CF, art. 50, XV) e lei de ordem pública, por atender aos fins sociais e às exigências do bem comum (LICC, art. 5º).

Outra, porém, é a lógica que conduz a interpretação da legalidade de ato administrativo operar retroativamente. Diversamente da lei, que regula matéria em tese e de caráter geral, o ato administrativo se produz em situações concretas e com objetivo exclusivo de dar cumprimento ao que determina e autoriza a lei, pois, na notória lição de Seabra Fagundes, "*administrar é aplicar a lei de ofício*".

A retroatividade irá ocorrer, assim, quando imperar a necessidade de o ato administrativo se conformar com a prescrição legal.

Vale conferir o posicionamento da doutrina a esse respeito.

1-4



Segundo Cretella Júnior⁶:

“O tema da retroatividade do ato administrativo não se equaciona, nem se resolve do mesmo modo que o paralelo da retroatividade da lei, a não ser, em tese, com relação aos atos administrativos denominados gerais. Com efeito, o editor do ato não lhe pode, em tese, atribuir efeito retroativo, a não ser quando lei expressamente o autorize”

Para Manoel de Oliveira Franco Sobrinho⁷:

“Vincula-se, no fundo, o problema da retroatividade ao problema da interpretação dos atos administrativos, valendo para compreensão que a retroatividade é consequência natural de atos ditados de acordo com normas objetivas”, ou seja, ‘subordinados ao que fica disposto normativamente.

Por sua vez, para Odete Medauar⁸:

“Muitos atos administrativos têm atuação no pretérito prevista em lei, o que habilita a autoridade pública a editá-los com tal efeito.”

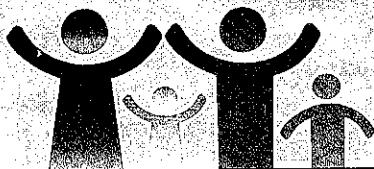
Portanto, o instituto da convalidação de ato administrativo, aliás, está intrinsecamente relacionado ao da retroatividade, haja vista que, voltando aos ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello⁹, *“seu alcance específico consiste precisamente em ter efeito retroativo. O ato convalidador remete-se ao ato inválido para legitimar seus efeitos pretéritos. A providência corretamente tomada no presente tem o condão de valer para o passado”*. G.n.

⁶ CRETILLA JÚNIOR, J. In: RDA 127/1-15.

⁷ Franco Sobrinho, Manoel de Oliveira. In: RDA 139/22-30.

⁸ MEDAUAR, Odete. In: *Da Retroatividade do Ato Administrativo*. São Paulo: Max Limonad, 1986, p98.

⁹ Ibidem. p. 405.



Praça Antonio Prado, 70 | Centro | CEP 14860-000

PABX: (16) 3943-9400 | Fax: (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE

BARRINHA

Estado de São Paulo

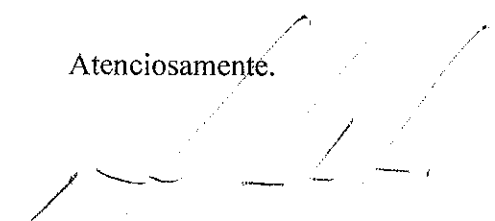
Recebido em 20/11/2020

Expostas acima, portanto, as justificativas que estão a embasar a propositura do projeto de lei em cotejo.

Em face da importância de que se reveste a matéria, espero contar com a sua pronta aprovação pelos Nobres Legisladores Municipais.

Por julgar esta propositura como medida urgente e relevante, solicitamos que a mesma seja apreciada em caráter de urgência, na forma e prazo estipulados na Lei Orgânica Municipal.

Atenciosamente.


MITUO TAKAHASI

Prefeito Municipal

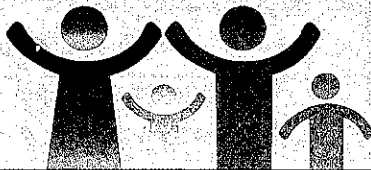


PROJETO DE LEI Nº. 36 de 29 de 09 de 2017

Considera legalmente autorizados, na forma que especifica, os créditos suplementares e extraordinários abertos mediante decreto durante o exercício financeiro de 2015 na forma que especifica e dá outras providências.

Art. 1º Consideram-se legalmente autorizados na forma do art. 167, inciso VI da Constituição Federal, os créditos suplementares e extraordinários abertos na Contadoria Municipal mediante Decreto a seguir listados e anexados à presente lei, dela fazendo parte integrante independentemente de transcrição, a saber:

Decreto	Data	Tipo de Crédito
02	05/01/2015	Reabertura de Crédito
16	27/03/2015	Suplementar/Anulação
22	12/06/2015	Extraordinário/Anulação
23	12/06/2015	Extraordinário/Anulação
24	12/06/2015	Extraordinário/Anulação
27	26/06/2015	Suplementar/Anulação
28	16/07/2015	Suplementar/Excesso
33	30/07/2015	Suplementar/Anulação
40	25/08/2015	Suplementar/Anulação
41	25/08/2015	Suplementar/Anulação
44	01/09/2015	Suplementar/Anulação
46	04/09/2015	Especial/Excesso
47	05/10/2015	Extraordinário/Anulação
53	29/10/2015	Suplementar/Anulação



Praça Antonio Prado, 70 | Centro | CEP. 14860-000

PABX: (16) 3943-9400 | Fax: (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

PREFEITURA MUNICIPAL DE

BARRINHA

Estado de São Paulo

Administração 2017/2020

57	13/11/2015	Suplementar/Anulação
59	18/11/2015	Suplementar/Anulação
60	01/12/2015	Suplementar/Anulação

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos durante todo o exercício financeiro de 2015 em que processaram as alterações orçamentárias.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Barrinha (SP), aos ____ de ____ de ____.

MITUO TAKAHASI

Prefeito Municipal



DECRETO Nº. 060 de 01 de Dezembro de 2015.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº: 2.305 de 05 de Janeiro de 2.015, em seu artigo 1º, § 1º, Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 58.159,15 (cinquenta e oito mil cento e cinquenta e nove reais e quinze centavos), destinados à reforço de dotações no orçamento vigente (LOA 2015 - Lei nº. 2.305 de 05/01/2015), classificadas e codificadas sob números:

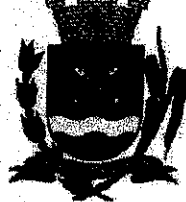
Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.02.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.36.00	50	2.265,60	Outs Serv TPF Adm Geral	Exercício 2015
02.02.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.39.00	51	9.520,00	Outs Serv TPJ Adm Geral	Exercício 2015
02.02.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.47.00	60	274,54	Obrig Trib Contr Adm Geral	Exercício 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.30.00	148	900,00	Material Consumo Fdo M Saude	Exercício 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.39.00	154	12.464,69	Outs Serv TPJ Fdo M Saude	Exercício 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.1.90.11.00	180	26.500,00	Venc. e Vantagens Fixas PC Serviços Municipais	Exercício 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.1.90.13.00	181	700,00	Obrigações Patronais Serviços Municipais	Exercício 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.39.00	191	5.534,32	Outs Serv TPJ Serviços Municipais	Exercício 2015

Valor Total do Créditos Adicionais

R\$ 58.159,15

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes da Anulação parcial/total de dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 862.736,30 (oitocentos e sessenta e dois mil, setecentos e trinta e seis reais e trinta centavos), classificadas e codificadas sob nºs:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.02.01.04.122.0007.2.007	3.1.90.11.00	44	11.785,60	Venc.Vant Fixas Adm Geral	Exercício 2015
02.02.01.04.122.0007.2.007	4.6.90.71.00	59	274,54	Princ. Div Contr Adm Geral	Exercício 2015



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 - Centro - CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.30.00	150	900,00	Material Consumo Fdo Municipal de Saude	Exercicio 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.39.00	210	12.464,69	Ots Serv Terc PJ Fdo Municip de Saude	Exercicio 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.30.00	183	15.700,00	Material Consumo Serv Municipais	Exercicio 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.39.00	185	11.500,00	Ots Serv TPJ Serv Municipais	Exercicio 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.30.00	190	5.534,32	Material Consumo Serv Municipais	Exercicio 2015

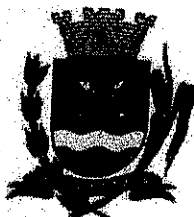
Valor Total das Anulações	R\$ 58.159,15
----------------------------------	----------------------

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação

Art. 3º. Revogada as disposições em contrário.

Barrinha/SP 01 de Dezembro de 2015


MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo
Praça Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000
Fone: (16) 3943-9400 - Fax (16) 3943-1140
CNPJ 45.370.087/0001-27

DECRETO Nº. 059 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015.

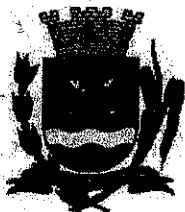
Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº: 2.305 de 05 de Janeiro de 2.015, em seu artigo 1º, § 1º, Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, crédito suplementar no valor de R\$ 500.760,00 (quinhentos mil setecentos e sessenta reais), para reforço de dotação no orçamento vigente (LOA 2015 – Lei nº. 2.305 de 05/01/2015), classificadas e codificadas sob números:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.03.03.12.361.0010.20.10	3.1.90.11.00	78	266.000,00	Venc Vant Fixas Ens Fund	Exercicio 2015
02.03.03.12.361.0010.20.10	3.1.90.13.00	79	94.000,00	Obrig Patronais Ens Fund	Exercicio 2015
02.03.03.12.361.0010.20.10	3.3.90.46.00	88	60.000,00	Aux Alim Ens Fund	Exercicio 2015
02.03.04.12.361.0011.2.011	3.1.90.16.00	92	60,00	Outs Desp Var PC Fund 60 Fund	Exercicio 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.1.90.13.00	145	11.000,00	Obrig Patr Saude	Exercicio 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.36.00	153	5.000,00	Outs Serv TPF Saude	Exercicio 2015
02.06.01.08.244.0018.2.018	3.3.90.30.00	578	25.000,00	Mat Consumo FMAS	Exercicio 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.1.90.13.00	181	27.900,00	Obr Patronais Serv Munic	Exercicio 2015
02.07.02.17.512.0020.2.020	3.1.90.13.00	194	11.800,00	Obrig Patron San Geral	Exercicio 2015
Valor Total dos Crédito Suplementar			500.760,00		

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes da anulação parcial/total de dotação do orçamento vigente classificadas e codificadas sob nºs:



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.03.03.12.361.0010.20.10	3.3.90.30.00	83	126.000,00	Mat Consumo Ens Fund	Exercicio 2015
02.03.03.12.361.0010.20.10	3.3.90.36.00	84	65.000,00	Outs Serv TPF Ens Fund	Exercicio 2015
02.03.03.12.361.0010.20.10	3.3.90.39.00	85	229.000,00	Outs Serv TPJ Ens Fund	Exercicio 2015
02.03.04.12.361.0011.2.011.	3.1.90.11.00	90	60,00	Venc Vant Fixas Fund 60 Fund	Exercicio 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.1.90.13.00	145	11.000,00	Obrig Patr Saude	Exercicio 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.39.00	154	5.000,00	Outs Serv TPJ Saude	Exercicio 2015
02.06.01.08.244.0018.2.018	3.3.50.43.00	577	25.000,00	Subv Sociais FMAS	Exercicio 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.30.00	183	12.900,00	Mat Consumo Serv Munic	Exercicio 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.39.00	187	15.000,00	Outs Serv TPJ Serv Munic	Exercicio 2015
02.07.02.17.512.0020.2.020	3.3.90.39.00	199	11.800,00	Outs Serv TPJ San Geal	Exercicio 2015

Valor total da anulação	500.760,00
--------------------------------	-------------------

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogada as disposições em contrário.

Barrinha/SP, 18 de Novembro de 2015

MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400 - Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

DECRETO Nº. 053 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares na forma que especifica e dá outras providências.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 2.359_ 2015, em seu artigo 1º, § 1º, Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ **349.820,00** (trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e vinte reais), destinados à reforço de dotações do orçamento vigente (LOA 2015 – Lei nº 2.305 de 05/01/2015), classificadas e codificadas sob números:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto
02.02.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.36.00	50	55.000,00	Ots Serv de Terc PF Adm Geral
02.03.03.12.361.0010.2.010	3.1.90.11.00	78	14.000,00	Vencimentos e Vantagens Fixas PC Ensino fundamental
02.03.03.12.361.0010.2.010	3.1.90.13.00	79	6.000,00	Obrigações Patronais Ensino Fundamental
02.03.03.12.361.0010.2.010	3.1.90.16.00	80	2.200,00	Ots Desp Variaveis PC Ensino Fundamental
02.03.03.12.361.0010.2.010	3.3.90.46.00	88	12.000,00	Auxilio Alimentacao Ensino Fundamental
02.03.05.12.361.0011.2.011	3.1.90.11.00	100	158.000,00	Vencimentos e Vantagens Fixas PC Fundeb 40%
02.03.05.12.365.0012.2.012	3.1.90.13.00	110	600,00	Obrigações Patronais Fundeb Infantil 40%
02.03.05.12.365.0012.2.012	3.3.90.46.00	115	1.000,00	Auxilio Alimentação Fundeb Infantil 40%
02.04.01.27.812.0016.2.016	3.3.90.46.00	141	20,00	Auxilio Alimentação Esporte e Lazer
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.1.90.16.00	146	22.000,00	Ots Desp Variaveis PC Fdo Municipal de Saude
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.1.90.13.00	181	30.000,00	Obrigações Patronais Serviços Municipais
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.1.90.16.00	182	13.000,00	Ots Desp Variaveis PC Serviços Municipais
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.46.00	188	17.000,00	Auxilio alimentação Serviços municipais
02.07.02.17.512.0020.2.020	3.1.90.16.00	194	10.000,00	Obrigações Patronais Serviços municipais
02.07.02.17.512.0020.2.020	3.3.90.46.00	200	9.000,00	Auxilio Alimentação Saneamento Geral

Valor Total do Créditos Adicionais

R\$ 349.820,00

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes da anulação parcial/total de dotação do orçamento vigente no valor de R\$ **349.820,00** (trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e vinte reais), classificadas e codificadas sob nºs:



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 - Centro - CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto
02.02.01.99.999.0099.9.999	9.9.99.99.99	63	349.820,00	Reserva de Contingência Adm Geral

Valor Total das Anulações	R\$ 349.820,00
---------------------------	----------------

Art. 2º Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal, que versa sobre as leis financeiras do Município, de forma a compatibilizar as leis orçamentárias (PPA/LDO/LOA) fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder aos ajustes necessários nos anexos da Lei nº. 2.197 de 28/07/2013 que aprovou o PPA 2014_2017 e a Lei nº. 2.297 de 31/10/2014 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2015.

Art. 3º Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo, 42 da lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas - Projeto Audesp.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogada as disposições em contrário.

Barrinha/SP 29 DE OUTUBRO DE 2015

MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

DECRETO Nº. 057 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais especiais e dá outras providências.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 2360 de 12 de Novembro de 2015, em seu artigo 1º, Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir em sua Contadoria, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 278.600,00 (duzentos e setenta e oito mil e seiscentos reais), destinados à reforço de dotação no orçamento vigente (LOA 2015 – Lei nº. 2.305 de 05/01/2015), classificadas e codificadas sob números:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
01.01.01.01.031.0001.2.001	3.1.90.11.00	01	238.000,00	Vencimentos e Vant. Fixas PC Manutenção do Corpo Legislativo	Exercício 2015
01.01.01.01.031.0001.2.001	3.3.90.30.00	03	2.000,00	Material de Consumo Manutenção do Corpo Legislativo	Exercício 2015
01.01.01.01.271.0001.2.001	3.1.90.13.00	09	38.600,00	Obrigações Patronais Manutenção do Corpo Legislativo	Exercício 2015

Valor Total do Créditos Adicionais	R\$ 278.600,00
---	-----------------------

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes da Anulação parcial/total de dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 278.600,00 (duzentos e setenta e oito mil e seiscentos reais), classificadas e codificadas sob nºs:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
01.01.01.01.031.0001.2.001	3.3.90.33.00	04	8.000,00	Passagens e Despesas com Locomoção Manutenção do Corpo Legislativo	Exercício 2015
01.01.01.01.031.0001.2.001	3.3.90.39.00	06	2.000,00	Ots Serv de Terc PJ Manutenção do Corpo Legislativo	Exercício 2015
01.01.02.01.031.0001.2.002	3.1.90.11.00	12	233.500,00	Vencimentos e Vant Fixas PC Manutenção da Secretaria da Câmara	Exercício 2015
01.01.02.01.031.0001.2.002	3.3.90.36.00	15	6.100,00	Ots Serv de Terc PF Manutenção da Secretaria	Exercício 2015
01.01.02.01.272.0001.2.002	3.1.90.13.00	19	29.000,00	Obrigações Patronais Manutenção da Secretaria da Câmara	Exercício 2015

Valor Total das Anulações	R\$ 278.600,00
----------------------------------	-----------------------



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praca Antonio Prado n. 70 - Centro - CEP 14860-000

Fone (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

Art. 2º Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal, que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder a inclusão no respectivo projeto e nos anexos da Lei nº. 2.197 de 28/07/2013 que aprovou o PPA 2014_2017 e a Lei nº. 2.297 de 31/10/2014 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2015.

Art. 3º Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo 42 da lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas - Projeto Audesp.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogada as disposições em contrário.

Barrinha/SP, 13 de novembro de 2015.


MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 47 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

**DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA,
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉ-
DITO EXTRAORDINÁRIO E DÁ OU-
TRAS PROVIDÊNCIAS.**

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e

Considerando os ordenamentos estabelecidos no § 3º do artigo 210 da Lei Orgânica do Município, assim como a autorização contida no § 3º do artigo 167 da Constituição Federal e

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal houve por bem suprimir artigos de uma suplementação orçamentária proposta pelo Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO que desde 24/07/2015 foi protocolado Projeto de Lei autorizando a abertura de crédito suplementar que permitiria a continuidade de serviços essenciais, sendo que até o presente momento a matéria não foi objeto de apreciação pela Edilidade, mesmo depois de pedido expresso para que a matéria fosse apreciada em sessão extraordinária na forma do parágrafo único do artigo 57 da LOM;

CONSIDERANDO a controvérsia existente quanto à suplementação mediante decreto, já que a Lei Orçamentaria de 2015 não tratou dessa matéria, ao passo que essa possibilidade se fez constar expressamente da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 no percentual reduzido de 2% da despesa orçada;

CONSIDERANDO que o TCESP permite que esse percentual seja de até 20%, constata-se uma possível ingerência do Legislativo nas ações do Executivo passível de implicar num comprometimento de bens, serviços e pessoas gerando um verdadeiro caos a cidadania;

CONSIDERANDO que a legislação orçamentária de Barrinha vem autorizando o Executivo a promover suplementações por Decreto em percentuais consideráveis, sendo que no caso de 2012 o percentual autorizado na LOA foi de 30% (inciso III do artigo da 4º da Lei n. 2108/11 alterado pelo artigo 1º da Lei 2.122/11), constata-se ofensa a autonomia do Executivo, ficando em detrimento da independência e harmonia preconizada na Lei Maior, implicando num irreparável prejuízo a cidadania, fazendo que o Chefe do Executivo adote extremas providências para evitar colapso nos serviços essenciais;

CONSIDERANDO, que foram encaminhadas as respectivas proposições em tempo oportuno e estas propostas sequer foram apreciadas pelo Poder Legislativo;

CONSIDERANDO, que mesmo sendo as matérias objeto de sucessivas omissões por parte do Legislativo, a Administração Pública não deixou remanescer qualquer ato de omissão, cumprindo o seu dever constitucional de buscar sistematicamente a aprovação dessas leis, remetendo os projetos reiteradamente à Casa de Leis Local;

CONDIDERANDO, que nessas circunstâncias o Legislativo instalou no município uma situação de emergência e calamidade pública, impondo ao Chefe do Executivo a necessidade de exercer suas funções previstas na Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que o perdurar tal imbróglio o município perderá as condições de governabilidade, subtraindo do gestor os mecanismos elementares para garantir o cumprimento das ações necessárias para a manutenção dos serviços públicos indispensáveis a garantia da paz social;

CONSIDERANDO, que os fatos ocorrentes em face a indisponibilidade dessas leis, esta ocasionando prejuízos irreparáveis, comprometendo a segurança e a integridade de pessoas e serviços, sem os quais não será possível assegurar as condições ideais para a sobrevivência das diversas instituições mantidas e custeadas pelo Município;

CONSIDERANDO, que todos os esforços em busca de uma solução sobre os fatos em pauta foram empreendidos, porém sem sucesso;

CONSIDERANDO que serviços médicos estão na iminência de sofrer paralisação em razão não aprovação de suplementação do orçamento municipal de 2015 necessárias para custear atividades essenciais em prol da população conforme matéria jornalística registrada na edição de n. 567 da 1ª. Quinzena de outubro de 2015 do Jornal CIDADES;

CONSIDERANDO que o § 3º do artigo 201 da Lei Orgânica Municipal dispõe que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, em conformidade com a Constituição Federal.

CONSIDERANDO finalmente a situação retratada, em que restou materializado o estado de urgência fazendo-se necessárias urgentes providências para dar continuidade em suas atividades essenciais, tanto em execução de serviços médicos, como na realização de exames laboratoriais,

DECRETA:

Art. 1º Em vista das condições retratadas nas considerações deste expediente, mormente em face da iminência da paralisação do atendimento médico do Município, fica declarado estado de emergência/calamidade no Município de Barrinha visando a manutenção dos serviços de saúde garantindo a saúde e a integridade dos munícipes.

Art. 2º Nos termos do § 3º, do Art. 167 da Constituição Federal c/c o preconizado no § 3º do artigo 219 da Lei Orgânica Municipal de Barrinha e com base no artigo 41, inciso III da Lei Federal 4.320/64, fica aberto crédito extraordinário no valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) necessárias para a continuidade dos serviços médicos essenciais até que o Legislativo venha a se manifestar sobre referida matéria, nas seguintes dotações no orçamento financeiro do corrente exercício:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.05.01.10.301.0017.2.071	3.3.90.39.00	154	950.000,00	Ots Serv de Terc PJ Fundo Munic Saude	Exercício 2015

Total dos Créditos Adicionais Suplementares	950.000,00
--	-------------------

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes da anulação parcial/total de dotação do orçamento vigente classificadas e codificadas sob nºs:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.05.01.10.301.0017.2.071	3.3.90.30.00	149	79.000,00	Material de Consumo Fundo Munic Saude	Exercício 2015
02.05.01.10.301.0017.2.071	3.3.90.30.00	148	89.000,00	Material de Consumo Fundo Munic Saude	Exercício 2015
02.05.01.10.301.0017.2.071	3.3.90.30.00	151	55.000,00	Material de Consumo Fundo Munic Saude	Exercício 2015
02.05.01.10.301.0017.2.071	3.3.90.39.00	210	105.000,00	Ots Serv de Terc PJ Fundo Munic Saude	Exercício 2015
02.03.03.12.361.0010.2.010	3.3.90.95.00	85	178.500,00	Ots Serv de Terc PJ Educ/Ens/Fund	Exercício 2015
02.03.05.12.365.0012.2.012	3.3.90.30.00	112	152.500,00	Material Consumo Educ/Fund/40	Exercício 2015
02.03.05.12.361.0011.2.011	3.3.90.39.00	105	175.000,00	Ots Serv de Terc PJ Educ/Fund/40	Exercício 2015
02.03.05.12.361.0011.2.011	3.3.90.30.00	103	70.000,00	Material Consumo Educ/Fund/40	Exercício 2015
02.02.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.39.00	51	46.000,00	Ots Serv Terc PJ ADM	Exercício 2015

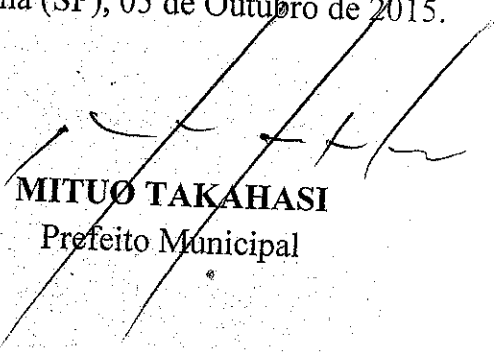
Total das anulações	950.000,00
----------------------------	-------------------

Art. 3º Para fins de garantir absoluta transparência nas ações promovidas, o Executivo comunicará a abertura do presente crédito ao Egrégio Tribunal de Contas e ao Ministério Público Estadual, e ao Poder Legislativo em atendimento ao disposto no Art. 44 § único da Lei 4.320/64

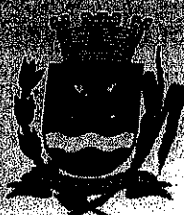
Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Barrinha (SP), 05 de Outubro de 2015.



MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

DECRETO Nº. 046 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº: 2.305 de 05/01/2015, em seu artigo 1º, § 1º, Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, crédito adicional especial no valor de R\$ 54.870,42 (cinquenta e quatro mil oitocentos e setenta reais e quarenta e dois centavos), referente ao aditamento de acréscimo quantitativo de transferências e convênios estaduais a executar no orçamento vigente (LOA 2015 – Lei nº. 2.305 de 05/01/2015), classificadas e codificadas sob números:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
12.365.0008.1.002.000	4.4.90.51.00	615	54.870,42	Obras e Instalações Ensino Infantil	Exercício 2015

Total do Crédito Adicional Especial	54.870,42
--	------------------

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação a se verificar no presente exercício, nos termos do § 1º, inciso II do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R\$ 54.870,42 (cinquenta e quatro mil oitocentos e setenta reais e quarenta e dois centavos) – Convênio Estadual;

Art. 2º Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal, que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder à inclusão no respectivo projeto e nos anexos da Lei nº. 2.197 de 28/07/2013 que aprovou o PPA 2014_2017 e a Lei nº. 2.297 de 31/10/2014 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2015.

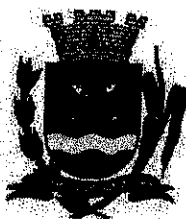
Art. 3º Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo 42 da lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas – Projeto Audesp.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogada as disposições em contrário.

Barrinha/SP, 04 de setembro de 2015

MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

DECRETO Nº. 046 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº: 2.305 de 05/01/2015, em seu artigo 1º, § 1º, Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, crédito adicional especial no valor de R\$ 54.870,42 (cinquenta e quatro mil oitocentos e setenta reais e quarenta e dois centavos), referente ao aditamento de acréscimo quantitativo de transferências e convênios estaduais á executar no orçamento vigente (LOA 2015 – Lei nº. 2.305 de 05/01/2015), classificadas e codificadas sob números:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
12.365.0008.1.002.000	4.4.90.51.00	615	54.870,42	Obras e Instalações Ensino Infantil	Exercício 2015

Total do Crédito Adicional Especial	54.870,42
--	------------------

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação a se verificar no presente exercício, nos termos do § 1º, inciso II do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R\$ 54.870,42 (cinquenta e quatro mil oitocentos e setenta reais e quarenta e dois centavos) – Convênio Estadual;

Art. 2º Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal, que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder à inclusão no respectivo projeto e nos anexos da Lei nº. 2.197 de 28/07/2013 que aprovou o PPA 2014_2017 e a Lei nº. 2.297 de 31/10/2014 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2015.

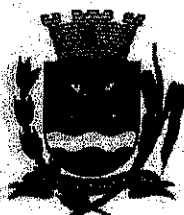
Art. 3º Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo 42 da lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas – Projeto Audesp.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogada as disposições em contrário.

Barrinha/SP, 04 de setembro de 2015

MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

DECRETO Nº. 044 DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº: 2.305 de 05 de Janeiro de 2.015, em seu artigo 1º, § 1º, Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, crédito suplementar no valor de R\$ 363.000,00 (trezentos e sessenta e três mil reais), para reforço de dotação no orçamento vigente (LOA 2015 – Lei nº. 2.305 de 05/01/2015), classificadas e codificadas sob números:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.01.01.04.122.0003.2.003	3.3.90.36.00	25	5.000,00	Outs Serv T P F Gabinete	Exercicio 2015
02.02.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.36.00	50	6.000,00	Outs Serv T P F Adm	Exercicio 2015
02.01.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.39.00	51	30.000,00	Outs Serv T P J Adm	Exercicio 2015
02.03.01.12.365.0008.2.008	3.3.90.39.00	71	5.000,00	Outs Serv T P J Ens Inf	Exercicio 2015
02.03.05.12.361.0011.2.011	3.1.90.11.00	100	217.000,00	Venc Vant Fixas Fund 40	Exercicio 2015
02.03.05.12.361.0011.2.011	3.1.90.13.00	110	13.000,00	Obrig Patron Fund 40	Exercicio 2015
02.03.05.12.365.0012.2.012	3.3.90.46.00	115	16.000,00	Aux Alim Fund 40 Inf	Exercicio 2015
02.03.0713.392.0015.2.015	3.3.90.39.00	133	1.500,00	Outs Serv TPJ Ed Cultura	Exercicio 2015
02.04.01.27.812.0016.2.016	3.3.90.39.00	140	1.000,00	Outs Serv TPJ Esp Lazer	Exercicio 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.30.00	148	15.000,00	Mat Consumo Saude	Exercicio 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.39.00	154	10.000,00	Outs Serv TPJ Saude	Exercicio 2015
02.06.01.08.244.0018.2.018	3.3.90.39.00	173	10.000,00	Outs Serv TPJ FMAS	Exercicio 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.1.90.13.00	181	19.300,00	Obr Patronais Serv Munic	Exercicio 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.30.00	183	5.000,00	Mat Consumo Serv Munic	Exercicio 2015
02.07.02.17.512.0020.2.020	3.1.90.13.00	194	1.000,00	Obrig Patronais San geral	Exercicio 2015
02.07.02.17.512.0020.2.020	3.3.90.46.00	200	8.200,00	Aux Alim San geral	Exercicio 2015

Valor Total dos Crédito Suplementar	363.000,00
-------------------------------------	------------



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes da anulação parcial/total de dotação do orçamento vigente classificadas e codificadas sob n.ºs:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.01.01.04.122.0003.2.003	3.3.90.30.00	24	5.000,00	Mat Consumo Gabinete	Exercício 2015
02.02.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.94.00	47	5.000,00	Inden Trab Adm	Exercício 2015
02.02.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.30.00	48	1.000,00	Mat Consumo Adm	Exercício 2015
02.01.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.35.00	49	10.000,00	Serv Consultoria Adm	Exercício 2015
02.01.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.47.00	53	5.000,00	Obrig Patron Adm	Exercício 2015
02.01.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.91.00	54	5.000,00	Sent Jud Adm	Exercício 2015
02.01.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.39.00	57	10.000,00	Outs Serv TPJ Adm	Exercício 2015
02.03.01.12.365.0008.2.008	3.3.50.41.00	68/	5.000,00	Contrib Ens Inf	Exercício 2015
02.03.05.12.361.0011.2.011	3.1.90.13.00	101	100.000,00	Obrig Patron Fund 40	Exercício 2015
02.03.05.12.361.0011.2.011	3.3.90.46.00	106	117.000,00	Aux Alim Fund 40	Exercício 2015
02.03.05.12.361.0011.2.011	3.1.90.11.00	109	16.000,00	Venc Vant Fixas Fund 40	Exercício 2015
02.03.05.12.365.0012.2.012	3.3.90.36.00	113	10.000,00	Outs Serv TPF Fund 40 Inf	Exercício 2015
02.03.05.12.365.0012.2.012	3.3.90.39.00	114	3.000,00	Outs Serv TPJ Fund 40 Inf	Exercício 2015
02.03.07.13.392.0015.2.015	3.3.90.30.00	131	1.500,00	Mat Consumo Ed Cultura	Exercício 2015
02.04.01.27.812.0016.2.016	3.3.90.30.00	138	1.000,00	Mat Consumo Esp Lazer	Exercício 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.30.00	151	5.000,00	Mat Consumo Saude	Exercício 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.39.00	156	20.000,00	Outs Serv TPJ Saude	Exercício 2015
02.06.01.08.244.0018.2.018	3.3.90.30.00	170	10.000,00	Mat Consumo FMAS	Exercício 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.1.90.11.00	180	19.300,00	Venc Vant Fixas Serv Munic	Exercício 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.39.00	186	5.000,00	Outs Serv TPJ Serv Munic	Exercício 2015
02.07.02.17.512.0020.2.020	3.1.90.11.00	193	8.200,00	Venc Vant Fixas San geral	Exercício 2015

Valor total da anulação	363.000,00
--------------------------------	-------------------

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogada as disposições em contrário.

Barrinha/SP, 01 de Setembro de 2.015

MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Barrinha

Praça Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400 - Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

DECRETO Nº. 45 DE 4 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre alteração de ponto facultativo e dá outras providências.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Artigo 1º. – Fica alterado o ponto facultativo em comemoração ao dia do Funcionário Público, neste ano, do dia 28/10 para o dia 30/10 (sexta -feira).

Artigo 2º. – Os departamentos municipais funcionarão normalmente no dia 28/10, sem alteração na carga horário dos funcionários, e no dia 30/10 seguirão as disposições previstas no Decreto 001/2015.

Artigo 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barrinha -SP., 4 de setembro de 2015.

MITUO TAKAHASI
- Prefeito Municipal -

Publicado, registrado e afixado na Secretaria da Prefeitura Municipal de Barrinha, na data supra.



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

DECRETO Nº. 041 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares dá outras providências.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 2.305 de 05 de janeiro de 2015, em seu artigo 1º Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais), , destinados à reforço de dotações no orçamento vigente (LOA 2015 – Lei nº. 2.305 de 05/01/2015), classificadas e codificadas sob números:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.03.05.12.365.0012.2.011	3.1.90.11.00	100	30.000,00	Venc Vant Fixas Fundeb 40%	Exercício 2015
02.03.05.12.365.0012.2.012	3.1.90.13.00	110	4.000,00	Obrig Patronais Fundeb 40% inf	Exercício 2015
02.03.05.12.365.0012.2.012	3.3.90.46.00	115	16.000,00	Aux Alim Fundeb 40% inf	Exercício 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.36.00	153	15.000,00	Outs Serv Terc P J Fd M Saude	Exercício 2015
02.07.02.15.452.0019.2.019	3.3.90.46.00	200	6.000,00	Aux Alim San/geral	Exercício 2015

Valor Total do Crédito Adicional

71.000,00

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes da anulação parcial/total de dotação do orçamento vigente classificadas e codificadas sob nºs:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.03.05.12.365.0012.2.012	3.1.90.13.00	101	4.000,00	Obrig Patronais Fundeb 40%	Exercício 2015
02.03.05.12.365.0012.2.011	3.3.90.30.00	103	16.000,00	Mat Consumo Fundeb 40%	Exercício 2015
02.03.05.12.365.0012.2.011	3.3.90.46.00	106	30.000,00	Aux Alim Fundeb 40%	Exercício 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.39.00	156	15.000,00	Outs Serv Terc P J Fd M Saude	Exercício 2015
02.07.02.15.452.0019.2.019	3.3.90.30.00	196	6.000,00	Mat Consumo San/geral	Exercício 2015

Valor total das anulações

71.000,00



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

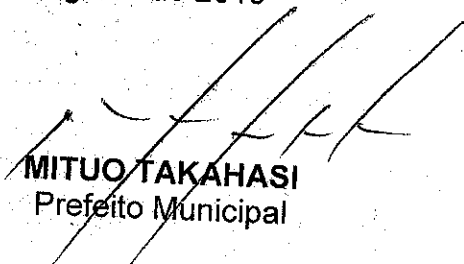
Art. 2º Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal, que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder à inclusão no respectivo projeto e nos anexos da Lei nº. 2.197 de 28/07/2013 que aprovou o PPA 2014_2017 e a Lei nº. 2.297 de 31/10/2014 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2015.

Art. 3º Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo 42 da lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas – Projeto Audesp.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogada as disposições em contrário.

Barrinha/SP 25 de Agosto de 2015


MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 40 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar no orçamento vigente e dá outras providências correlatas.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e com fundamento no art. 7º, inciso I, 42 e 43, todos da Lei Federal nº. 4320/64 e de acordo com percentual autorizado pelos incisos II, III e IV do artigo 41 da Lei Municipal n. 2297 de 31/10/2014,

Considerando a necessidade de se prover recursos para pagamentos de serviços médicos essenciais a população;

Considerando que se encontra pendente de votação junto ao Poder Legislativo, Projeto de Lei n. 54/2015 versando sobre crédito suplementar (encaminhado pelo ofício PL n. 37 de 24/07/2015);

Considerando que por meio do ofício GP n. 38 de 13/08/2015 foi requerido pelo Chefe do Executivo a realização de sessão extraordinária para sua apreciação (PL 54/2015) e que o Presidente da Edilidade negou-se a fazê-lo nos termos do ofício n. 42/GP/2015 de 13/08/2015;

Considerando que na sessão ordinária de 24/08/2015, a pedido de integrantes do Legislativo para que o Presidente colocasse o PL n. 54/2015 em votação, tal providência foi negada;

Considerando a expressa autorização legal para remanejamento de dotações, de acordo com percentual autorizado pelos incisos II, III e IV do artigo 41 da Lei Municipal n. 2297 de 31/10/2014,

Considerando que após a abertura de crédito extraordinário pelo Executivo, o Poder Legislativo considerou a vigência do disposto na legislação em questão, que autoriza o remanejamento de dotações (1%) e a abertura de crédito suplementar (2%):

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto na Contadoria Municipal um crédito suplementar no valor total de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais) de modo a reforçar as dotações insuficientemente consignadas no orçamento vigente, classificadas e codificadas, na seguinte conformidade:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor	Descrição
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.39.00	154	470.000,00	Outros Serviços Terceiro Pessoa Jurídica

Valor Total do Crédito Suplementar	470.000,00
------------------------------------	------------

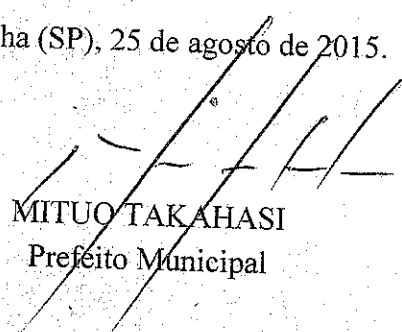
Parágrafo único - O crédito suplementar referidos no presente artigo será coberto com recursos provenientes da anulação total e/ou parcial de dotações constantes no orçamento vigente nos termos do § 1º, inciso III do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64, classificadas e codificadas na seguinte conformidade:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor	Descrição
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.39.00	210	470.000,00	Outros Serviços Terceiro Pessoa Jurídica

Valor Total da anulação	470.000,00
-------------------------	------------

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barrinha (SP), 25 de agosto de 2015.



MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

DECRETO Nº. 033 DE 30 DE JULHO DE 2015.

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares dá outras providências.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 2.305 de 05 de janeiro de 2015, em seu artigo 1º Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 27.000,00 (vinte sete mil reais), , destinados à reforço de dotações no orçamento vigente (LOA 2015 – Lei nº. 2.305 de 05/01/2015), classificadas e codificadas sob números:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.03.05.12.365.0012.2.012	3.3.90.46.00	115	15.000,00	Auxil Alim Fund 40% Inf.	Exercício 2015
02.06.01.08.244.0018.2.018	3.1.90.16.00	168	12.000,00	Outs Desp Var P C FMAS	Exercício 2015

Valor Total do Crédito Adicional	27.000,00
---	------------------

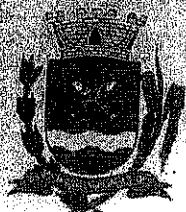
Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes da anulação parcial/total de dotação do orçamento vigente classificadas e codificadas sob nºs:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.03.05.12.365.0012.1.032	3.3.90.39.00	114	15.000,00	Outs Serv Terc PJ Fund 40% Inf.	Exercício 2015
02.06.01.08.244.0018.2.018	3.3.90.30.00	170	12.000,00	Material Consumo FMAS	Exercício 2015

Valor total das anulações	27.000,00
----------------------------------	------------------

Art. 2º Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal; que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder à inclusão no respectivo projeto e nos anexos da Lei nº. 2.197 de 28/07/2013 que aprovou o PPA 2014_2017 e a Lei nº. 2.297 de 31/10/2014 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2015.

Art. 3º Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 - Centro - CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

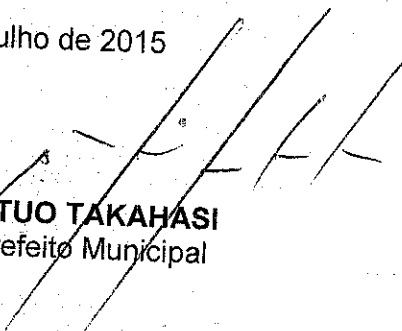
CNPJ 45.370.087/0001-27

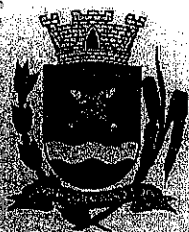
42 da lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas - Projeto Audesp.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogada as disposições em contrário.

Barrinha/SP 30 de Julho de 2015


MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

DECRETO Nº 028 DE 16 DE JULHO DE 2.015

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº: 2.201 de 23 de Agosto de 2013, em seu artigo 3º,

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), destinados à reforço de dotação, no orçamento vigente (LOA 2015 – Lei nº. 2.305 de 05/01/2015), classificadas e codificadas sob números:

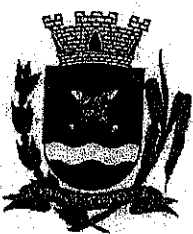
Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.03.07.13.392.0015.2.015	3.3.90.39.00	133	230.000,00	Ots Serv Terc PJ Cultura	Exercício 2015

Total do Créditos Adicionais Suplementares	230.000,00
---	-------------------

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação a se verificar no presente exercício, nos termos do § 1º, inciso II do artigo 43 da Lei Federal No. 4.320/64, no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais);

Art. 2º Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal, que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder à inclusão no respectivo projeto e nos anexos da Lei nº. 2.197 de 28/07/2013 que aprovou o PPA 2014_2017 e a Lei nº. 2.297 de 31/10/2014 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2015.

Art. 3º Tratando o presente decreto de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo 42 da lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas – Projeto Audesp.



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 - Centro - CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

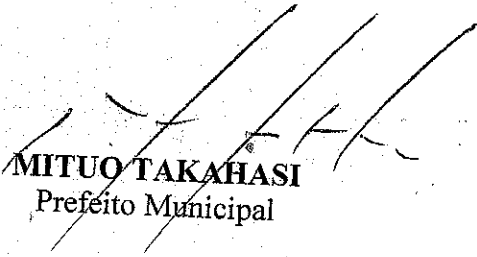
Fax (16) 3943-1140

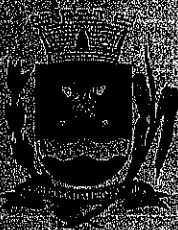
CNPJ 45.370.087/0001-27

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogada as disposições em contrário.

Barrinha/SP, 16 de Julho de 2.015.


MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praca Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

DECRETO Nº. 027 DE 26 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares dá outras providências.

MILTON TAKAHASHI, Prefeito Municipal de Barrinha estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 2.305 de 05 de janeiro de 2015, em seu artigo 1º Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) destinados à reforço de dotações no orçamento vigente (LOA 2015 – Lei nº. 2.305 de 05/01/2015), classificadas e codificadas sob números:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.03.05.12.365.0012.2.012	3.3.90.46.00	115	1.000,00	Auxil Alim Fund 40% Inf.	Exercício 2015

Valor Total do Crédito Adicional	1.000,00
---	-----------------

Paragrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes da anulação parcial/total de dotação do orçamento vigente classificadas e codificadas sob nºs

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.03.05.12.365.0012.2.012	3.3.90.39.00	114	1.000,00	Outs.Serv.Terc.P.J Fundeb 40% inf	Exercício 2015

Valor total das anulações	1.000,000
----------------------------------	------------------

Art. 2º Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I, II da Constituição Federal, que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder à inclusão no respectivo projeto e nos anexos da Lei nº. 2.197 de 28/07/2013 que aprovou o PPA 2014_2017 e a Lei nº. 2.297 de 31/10/2014 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2015.

Art. 3º Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicações, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas à edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 - Centro - CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

CNPJ 45.370.087/0001-27

42 da lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de contas - Projeto Audep.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogada as disposições em contrário.

Barrinha/SP.....


MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Barrinha

Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

Praça

DECRETO Nº 024 DE 12 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e

Considerando os ordenamentos estabelecidos no § 3º do artigo 210 da Lei Orgânica do Município, assim como a autorização contida no § 3º do artigo 167 da Constituição Federal e

CONSIDERANDO que desde 29/05/2015 foi protocolado Projeto de Lei autorizando a abertura de crédito suplementar que permitiria a continuidade de serviços essenciais, sendo que até o presente momento sequer foi realizada a leitura do mesmo em sessão;

CONSIDERANDO a controvérsia existente quanto a matéria de suplementação, já que a Lei Orçamentária de 2015 não contemplou essa possibilidade, ao passo que isso se fez constar expressamente da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 no percentual reduzido de 2%;

CONSIDERANDO que o TCESP permite que esse percentual seja de até 20%, constata-se uma possível ingerência do Legislativo nas ações do Executivo passível de implicar num comprometimento de bens, serviços e pessoas gerando um verdadeiro caos a cidadania;

CONSIDERANDO que a legislação orçamentária de Barrinha vem autorizando o Executivo a promover suplementações por Decreto em percentuais consideráveis, sendo que no caso de 2012 o percentual autorizado na LOA foi de 30% (inciso III do artigo da 4º da Lei n. 2108/11 alterado pelo artigo 1º da Lei



Prefeitura Municipal de Barrinha

Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

Praça

2.122/11), constata-se ofensa a autonomia do Executivo, ficando em detrimento da independência e harmonia preconizada na Lei Maior, implicando num irreparável prejuízo a cidadania, fazendo que o Chefe do Executivo adote extremas providências para evitar colapso nos serviços essenciais;

CONSIDERANDO, que foram encaminhadas as respectivas proposições em tempo oportuno e estas propostas sequer foram apreciadas pelo Poder Legislativo;

CONSIDERANDO, que mesmo sendo as matérias objeto de sucessivas omissões por parte do Legislativo, a Administração Pública não deixou remanescer qualquer ato de omissão, cumprindo o seu dever constitucional de buscar sistematicamente a aprovação dessas leis, remetendo os projetos reiteradamente à Casa de Leis Local;

CONDIDERANDO, que nessas circunstâncias o Legislativo instalou no município uma situação de emergência e calamidade pública, impondo ao Chefe do Executivo a necessidade de exercitar suas funções previstas na Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que o perdurar tal imbróglio o município perderá as condições de governabilidade, subtraindo do gestor os mecanismos elementares para garantir o cumprimento das ações necessárias para a manutenção dos serviços públicos indispensáveis a garantia da paz social;

CONSIDERANDO, que os fatos ocorrentes em face a indisponibilidade dessas leis, esta ocasionando prejuízos irreparáveis, comprometendo a segurança e a integridade de pessoas e serviços, sem os quais não será possível assegurar as condições ideais para a sobrevivência das diversas instituições mantidas e custeadas pelo Município;

CONSIDERANDO, que todos os esforços em busca de uma solução sobre os fatos em pauta foram empreendidos, porém sem sucesso;



Prefeitura Municipal de Barrinha

Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

Praça

CONSIDERANDO que desde o dia **29/05/2015**, o Executivo encontra-se em dificuldade para dar continuidade em suas atividades essenciais, tanto em execução de serviços, como na aquisição de materiais de consumo.

CONSIDERANDO que manifestantes tomaram o plenário da Câmara Municipal de Barrinha nesta quinta feira, protestando contra a não aprovação de suplementação do orçamento municipal de 2015 necessárias para custear atividades essenciais em prol da população conforme matéria jornalística registrada na edição de nº 055 da 1ª. Quinzena de Junho de 2.015 do Jornal CIDADES;

CONSIDERANDO, que técnicos do próprio TCESP prestaram orientação a municipalidade no sentido de que diante de situações dessa natureza fosse procedida a abertura de crédito extraordinário de modo a evitar solução de continuidade dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO que o § 3º do artigo 201 da Lei Orgânica Municipal dispõe que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, em conformidade com a Constituição Federal.

CONSIDERANDO, finalmente o Decreto nº 021/2015, que declarou o estado de urgência e determinou dificuldade para dar continuidade em suas atividades essenciais, tanto em execução de serviços, como na aquisição de materiais de consumo;

DECRETA:

Art. 1º Nos termos do § 3º, do Art. 167 da Constituição Federal c/c o preconizado no § 3º do artigo 219 da Lei Orgânica Municipal de Barrinha e com base no artigo 41, inciso III da Lei Federal 4.320/64, fica aberto crédito extraordinário no valor de R\$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais), relativo a parte das dotações consignada no Projeto de Lei n. 032 de 28/05/2015 necessárias para a continuidade dos serviços essenciais até que o Legislativo venha a se



Prefeitura Municipal de Barrinha

Praça

Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

manifestar sobre referida matéria, nas seguintes dotações no orçamento financeiro do corrente exercício:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.02.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.30.00	48	50.000,00	Material de Consumo Adm Geral	Exercício 2015
02.02.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.39.00	51	50.000,00	Ots Serv de Terc PJ Adm Geral	Exercício 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.30.00	148	50.000,00	Material de Consumo Fdo Munc. Saude	Exercício 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.39.00	154	70.000,00	Ots Serv Terc PJ Fdo Munc. Saude	Exercício 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.30.00	183	45.000,00	Material de Consumo Serviços Municipais	Exercício 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.39.00	185	190.000,00	Ots Serv Terc PJ Serviços Municipais	Exercício 2015
02.07.02.17.512.0020.2.020	3.3.90.39.00	198	50.000,00	Ots Serv Terc PJ Saneamento Geral	Exercício 2015

Total do Créditos Adicionais Suplementares

505.000,00

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes da anulação parcial/total de dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais), classificadas e codificadas sob n^{os}:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.02.01.04.122.0007.2.007	3.1.90.94.00	47	10.000,00	Indenizações Trabalhistas Adm Geral	Exercício 2015
02.02.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.35.00	49	20.000,00	Serviços de Consultoria Adm Geral	Exercício 2015
02.02.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.47.00	53	5.000,00	Obrig. Trib e Confederativas Adm Geral	Exercício 2015
02.02.01.04.122.0007.2.007	3.3.90.92.00	55	5.000,00	Desp de Ex. Anteriores Adm Geral	Exercício 2015
02.02.01.04.122.0007.2.030	3.3.90.39.00	57	60.000,00	Propaganda e	Exercício



Prefeitura Municipal de Barrinha

Praça

Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

				Publicidade Adm Geral	2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.1.90.11.00	144	120.000,00	Vencimentos e Vant. Fixas PC Fdo Munci Saude	Exercicio 2015
02.01.01.04.122.0003.2.003	3.3.90.36.00	25	20.000,00	Ots Serv terc PF Gabinete do Prefeito	Exercicio 2015
02.01.01.04.122.0003.2.003	3.3.90.46.00	27	10.000,00	Auxilio Alimentação Gabinete do Prefeito	Exercicio 2015
02.01.01.04.122.0003.2.003	4.4.90.52.00	28	6.000,00	Eq. E Mat. Permanente Gabinete do Prefeito	Exercicio 2015
02.01.03.08.243.0005.2.005	3.1.90.11.00	33	30.000,00	Vencimentos e Vant. Fixas PC Fdo da Criança e Adoles. (CMDCA)	Exercicio 2015
02.01.03.08.243.0005.2.005	3.1.90.13.00	34	36.000,00	Obrigações Patronais Fdo da Criança e Adoles. (CMDCA)	Exercicio 2015
02.01.03.08.243.0005.2.005	3.1.90.16.00	35	20.000,00	Ots Desp Var PC Fdo da Criança e Adoles. (CMDCA)	Exercicio 2015
02.01.03.08.243.0005.2.005	3.3.90.30.00	36	29.000,00	Material de Consumo Fdo da Criança e Adoles. (CMDCA)	Exercicio 2015
02.01.03.08.243.0005.2.005	3.3.90.36.00	37	29.000,00	Ots Serv Terc PF Fdo da Criança e Adoles. (CMDCA)	Exercicio 2015
02.01.03.08.243.0005.2.005	4.4.90.52.00	39	55.000,00	Eq e Mat Permanente Fdo da Criança e Adoles. (CMDCA)	Exercicio 2015
02.03.07.13.392.0015.2.015	3.3.90.30.00	131	5.000,00	Material de Consumo Cultura	Exercicio 2015
02.03.07.13.392.0015.2.015	3.3.90.36.00	132	5.000,00	Ots Ser Terc PJ Cultura	Exercicio 2015
02.03.07.13.392.0015.2.015	3.3.90.39.00	133	23.000,00	Ots Serv Terc PJ Cultura	Exercicio 2015
02.08.01.20.606.0021.2.021	3.3.90.30.00	202	5.000,00	Material de Consumo Manut. Da Agricultura	Exercicio 2015
02.08.01.20.606.0021.2.021	3.3.90.36.00	203	4.000,00	Ots Serv Terc PJ Manut. Da Agricultura	Exercicio 2015
02.08.02.20.606.0022.2.022	4.4.90.52.00	209	8.000,00	Equipamentos e Mat. Permanente Manut. Meio Ambiente	Exercicio 2015
Total das anulações				505.000,00	



Prefeitura Municipal de Barrinha

Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

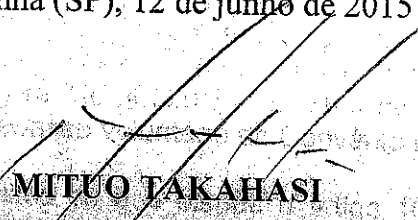
Praça

Art. 2º Para fins de garantir absoluta transparência nas ações promovidas, o Executivo comunicará a abertura do presente crédito ao Egrégio Tribunal de Contas e ao Ministério Público Estadual, e ao Poder Legislativo em atendimento ao disposto no Art. 44 § único da Lei 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Barrinha (SP), 12 de junho de 2015


MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Barrinha

Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

Praça

DECRETO Nº 023 DE 12 DE JUNHO DE 2.015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e

Considerando os ordenamentos estabelecidos no § 3º do artigo 210 da Lei Orgânica do Município, assim como a autorização contida no § 3º do artigo 167 da Constituição Federal e

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal houve por bem suprimir artigos de uma suplementação orçamentária proposta pelo Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO que desde 07/04/2015 foi protocolado Projeto de Lei autorizando a abertura de crédito suplementar que permitiria a continuidade de serviços essenciais, sendo que até o presente momento em relação a devida supressão, foi realizada a leitura e a aprovação em sessão, apenas do crédito especial referente recurso Estadual para Equipamentos de Saúde.

CONSIDERANDO que em 29/05/2015 foi protocolado o Reenvio deste Projeto de Lei, uma vez suprimido pela Egrégia Casa do Legislativo.

CONSIDERANDO a controvérsia existente quanto a suplementação, já que a Lei Orçamentaria de 2015 não tratou dessa matéria, ao passo que essa possibilidade se fez constar expressamente na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 no percentual reduzido de 2% (dois por cento) da despesa orçada;



Prefeitura Municipal de Barrinha

Praça

Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

CONSIDERANDO que o TCESP permite que esse percentual seja de até 20%, constata-se uma possível ingerência do Legislativo nas ações do Executivo passível de implicar num comprometimento de bens, serviços e pessoas gerando um verdadeiro caos a cidadania;

CONSIDERANDO que a legislação orçamentária de Barrinha vem autorizando o Executivo a promover suplementações por Decreto em percentuais consideráveis, sendo que no caso de 2012 o percentual autorizado na LOA foi de 30% (inciso III do artigo da 4ª da Lei n.º 2108/11 alterado pelo artigo 1º da Lei 2.122/11), constata-se ofensa a autonomia do Executivo, ficando em detrimento da independência e harmonia preconizada na Lei Maior, implicando num irreparável prejuízo a cidadania, fazendo que o Chefe do Executivo adote extremas providências para evitar colapso nos serviços essenciais;

CONSIDERANDO, que foram encaminhadas as respectivas proposições em tempo oportuno e estas propostas sequer foram apreciadas pelo Poder Legislativo;

CONSIDERANDO, que mesmo sendo as matérias objeto de sucessivas omissões por parte do Legislativo, a Administração Pública não deixou remanescer qualquer ato de omissão, cumprindo o seu dever constitucional de buscar sistematicamente a aprovação dessas leis, remetendo os projetos reiteradamente à Casa de Leis Local;

CONDIDERANDO, que nessas circunstâncias o Legislativo instalou no município uma situação de emergência e calamidade pública, impondo ao Chefe do Executivo a necessidade de exercitar suas funções previstas na Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que o perdurar tal imbróglio o município perderá as condições de governabilidade, subtraindo do gestor os mecanismos elementares para garantir o cumprimento das ações necessárias para a manutenção dos serviços públicos indispensáveis a garantia da paz social;



Prefeitura Municipal de Barrinha

Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

Praça

CONSIDERANDO, que os fatos ocorrentes em face a indisponibilidade dessas leis, esta ocasionando prejuízos irreparáveis, comprometendo a segurança e a integridade de pessoas e serviços, sem os quais não será possível assegurar as condições ideais para a sobrevivência das diversas instituições mantidas e custeadas pelo Município;

CONSIDERANDO, que todos os esforços em busca de uma solução sobre os fatos em pauta foram empreendidos, porém sem sucesso;

CONSIDERANDO que desde o dia **29/05/2015**, data do Reenvio do Projeto de Lei, o Executivo encontra-se em dificuldade para dar continuidade em suas atividades essenciais, tanto em execução de serviços, como na aquisição de materiais de consumo.

CONSIDERANDO que manifestantes tomaram o plenário da Câmara Municipal de Barrinha nesta quinta feira, protestando contra a não aprovação de suplementação do orçamento municipal de 2015 necessárias para custear atividades essenciais em prol da população conforme matéria jornalística registrada na edição de nº 055 da 1ª. Quinzena de Junho de 2.015 do Jornal CIDADES;

CONSIDERANDO, que técnicos do próprio TCESP prestaram orientação a municipalidade no sentido de que diante de situações dessa natureza fosse procedida a abertura de crédito extraordinário de modo a evitar solução de continuidade dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO que o § 3º do artigo 201 da Lei Orgânica Municipal dispõe que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, em conformidade com a Constituição Federal.

CONSIDERANDO, finalmente o **Decreto nº 021/2015**, que declarou o estado de urgência e determinou dificuldade para dar continuidade em suas atividades essenciais, tanto em execução de serviços, como na aquisição de materiais de consumo.



Prefeitura Municipal de Barrinha

Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

Praça

DECRETA:

Art. 1º Nos termos do § 3º, do Art. 167 da Constituição Federal c/c o preconizado no § 3º do artigo 219 da Lei Orgânica Municipal de Barrinha e com base no artigo 41, inciso III da Lei Federal 4.320/64, fica aberto crédito extraordinário no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), relativo a parte das dotações consignada no Projeto de Lei n. 31 de 29/05/2015 necessárias para a continuidade dos serviços essenciais até que o Legislativo venha a se manifestar sobre referida matéria, nas seguintes dotações no orçamento financeiro do corrente exercício:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.03.01.12.365.0008.2.008	3.3.90.39.00	71	10.000,00	Ots Serv de Terc PJ Ensino Infantil	Exercício 2015
02.03.05.12.361.0011.2.011	3.3.90.39.00	105	50.000,00	Ots Serv de Terc PJ Fundeb 40%	Exercício 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.39.00	154	40.000,00	Ots Serv de Terc PJ Fdo Municipal de Saude	Exercício 2015
02.06.01.08.244.0018.2.018	3.3.90.30.00	170	50.000,00	Material de Consumo F M A S	Exercício 2015
02.06.01.08.244.0018.2.018	3.3.90.32.00	171	20.000,00	Mat. Dist. Gratuita F M A S	Exercício 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.30.00	183	50.000,00	Material de Consumo Serviços Municipais	Exercício 2015
02.07.02.17.512.0020.2.020	3.3.90.30.00	196	50.000,00	Material de Consumo Saneamento Geral	Exercício 2015

Total do Créditos Adicionais Suplementares

270.000,00



Prefeitura Municipal de Barrinha

Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

Praça

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes da anulação parcial/total de dotação do orçamento vigente classificadas e codificadas sob n°s:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.03.01.12.365.0008.2.008	3.1.90.11.00	65	5.000,00	Vencimentos e Vant. Fixas PC Ensino Infantil	Exercício 2015
02.03.01.12.365.0008.2.008	3.1.90.13.00	66	2.000,00	Obrigações Patronais Ensino Infantil	Exercício 2015
02.03.01.12.365.0008.2.008	3.3.90.36.00	70	3.000,00	Ots Serv de Terc PJ Ensino Infantil	Exercício 2015
02.03.05.12.361.0011.2.011	3.1.90.11.00	100	50.000,00	Vencimentos e Vant. Fixas PC Fundeb 40%	Exercício 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.30.00	148	40.000,00	Material de Consumo Fdo Municipal de Saúde	Exercício 2015
02.06.01.08.244.0018.2.018	3.3.90.36.00	172	70.000,00	Ots Serv de Terc PF F M A S	Exercício 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.39.00	185	50.000,00	Ots Serv de Tec PJ Serviços Municipais	Exercício 2015
02.07.02.17.512.0020.2.020	3.3.90.39.00	198	50.000,00	Ots Serv de Tec PJ Saneamento Geral	Exercício 2015
Total das anulações			270.000,00		

Art.2º Para fins de garantir absoluta transparência nas ações promovidas, o Executivo comunicará a abertura do presente crédito ao Egrégio Tribunal de Contas e ao Ministério Público Estadual, e ao Poder Legislativo em atendimento ao disposto no Art. 44 § único da Lei 4.320/64

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Barrinha (SP), 12 de Junho de 2015.

MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Barrinha

Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

Praça

DECRETO Nº 022 DE 12 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e

Considerando os ordenamentos estabelecidos no § 3º do artigo 210 da Lei Orgânica do Município, assim como a autorização contida no § 3º do artigo 167 da Constituição Federal e

CONSIDERANDO que desde **12/05/2015** foi protocolado Projeto de Lei autorizando a abertura de crédito suplementar que permitiria a continuidade de serviços essenciais, dentre eles a limpeza das escolas municipais, sendo que até o presente momento sequer foi realizada a leitura do mesmo em sessão;

CONSIDERANDO a controvérsia existente quanto a suplementação, já que a Lei Orçamentaria de 2015 não tratou dessa matéria, ao passo que essa possibilidade se fez constar expressamente na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015 no percentual reduzido de 2% (dois por cento) da despesa orçada;

CONSIDERANDO que o TCESP permite que esse percentual seja de até 20%, constata-se uma possível ingerência do Legislativo nas ações do Executivo passível de implicar num comprometimento de bens, serviços e pessoas gerando um verdadeiro caos a cidadania;

CONSIDERANDO que a legislação orçamentária de Barrinha vem autorizando o Executivo a promover suplementações por Decreto em percentuais consideráveis, sendo que no caso de 2012 o percentual autorizado na LOA foi de 30% (inciso III do artigo da 4º da Lei n. 2108/11 alterado pelo artigo 1º da Lei



Prefeitura Municipal de Barrinha

Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27 Praça

2.122/11), constata-se ofensa a autonomia do Executivo, ficando em detrimento da independência e harmonia preconizada na Lei Maior, implicando num irreparável prejuízo a cidadania, fazendo que o Chefe do Executivo adote extremas providências para evitar colapso nos serviços essenciais;

CONSIDERANDO, que foram encaminhadas as respectivas proposições em tempo oportuno e estas propostas sequer foram apreciadas pelo Poder Legislativo;

CONSIDERANDO, que mesmo sendo as matérias objeto de sucessivas omissões por parte do Legislativo, a Administração Pública não deixou remanescer qualquer ato de omissão, cumprindo o seu dever constitucional de buscar sistematicamente a aprovação dessas leis, remetendo os projetos reiteradamente à Casa de Leis Local;

CONDIDERANDO, que nessas circunstâncias o Legislativo instalou no município uma situação de emergência e calamidade pública, impondo ao Chefe do Executivo a necessidade de exercitar suas funções previstas na Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que o perdurar tal imbróglio o município perderá as condições de governabilidade, subtraindo do gestor os mecanismos elementares para garantir o cumprimento das ações necessárias para a manutenção dos serviços públicos indispensáveis a garantia da paz social;

CONSIDERANDO, que os fatos ocorrentes em face a indisponibilidade dessas leis, esta ocasionando prejuízos irreparáveis, comprometendo a segurança e a integridade de pessoas e serviços, sem os quais não será possível assegurar as condições ideais para a sobrevivência das diversas instituições mantidas e custeadas pelo Município;

CONSIDERANDO, que todos os esforços em busca de uma solução sobre os fatos em pauta foram empreendidos, porém sem sucesso;



Prefeitura Municipal de Barrinha

Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27 Praça

CONSIDERANDO que desde o dia 11/06/2015 a limpeza das escolas foi suspensa o que está acarretando graves prejuízos a população, além do risco de infestação por surtos epidêmicos e a paralização de diversos outros serviços essenciais;

CONSIDERANDO que manifestantes tomaram o plenário da Câmara Municipal de Barrinha nesta quinta feira protestando contra a não aprovação de suplementação do orçamento municipal de 2015 necessárias para custear atividades essenciais em prol da população conforme matéria jornalística registrada na edição de nº 550 da 1ª. Quinzena de junho de 2.015 do Jornal CIDADES;

CONSIDERANDO, que técnicos do próprio TCESP prestaram orientação a municipalidade no sentido de que diante de situações dessa natureza fosse procedida a abertura de crédito extraordinário de modo a evitar solução de continuidade dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO que o § 3º do artigo 201 da Lei Orgânica Municipal dispõe que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, em conformidade com a Constituição Federal.

CONSIDERANDO, finalmente o Decreto nº 021/2015, que declarou o estado de urgência e determinou a suspensão das aulas na rede municipal de ensino em vista da paralização dos serviços de limpeza das escolas;

DECRETA:

Art. 1º Nos termos do § 3º, do Art. 167 da Constituição Federal c/c o preconizado no § 3º do artigo 219 da Lei Orgânica Municipal de Barrinha e com base no artigo 41, inciso III da Lei Federal 4.320/64, fica aberto crédito extraordinário no valor de R\$ 721.000,00 (setecentos e vinte e um mil reais), relativo a parte das dotações consignada no **Projeto de Lei n. 029 de 07/05/2.015** necessárias para a continuidade dos serviços essenciais até que o Legislativo venha a



Prefeitura Municipal de Barrinha

Antônio Prado: 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27 Praça

se manifestar sobre referida matéria, nas seguintes dotações no orçamento financeiro do corrente exercício:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.03.01.12.365.0008.2.008	3.3.90.30.00	69	50.000,00	Material de Consumo Ensino Infantil	Exercício 2015
02.03.01.12.365.0008.2.008	4.4.90.52.00	73	41.000,00	Eq. e Mat. Permanente Ensino Infantil	Exercício 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.30.00	183	40.000,00	Material de Consumo Serviços Municipais	Exercício 2015
02.03.05.12.361.0011.2.011	3.3.90.39.00	105	570.000,00	Ots Serv de Terc PJ Fundeb 40%	Exercício 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.30.00	148	20.000,00	Material de Consumo Fdo Municipal de Saúde	Exercício 2015

Valor Total do Créditos Adicionais	R\$ 721.000,00
---	-----------------------

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes da Anulação parcial/total de dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 721.000,00 (setecentos e vinte e um mil reais), classificadas e codificadas sob n^{os}:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.03.03.12.361.0010.2.010	3.3.90.30.00	82	91.000,00	Material de Consumo Ensino Fundamental	Exercício 2015
02.01.03.08.243.0005.2.005	3.3.90.30.00	36	40.000,00	Material de Consumo Fdo da Criança e Adolescente (CMDCA)	Exercício 2015
02.03.05.12.361.0011.2.011	3.1.90.11.00	100	570.000,00	Vencimentos e Vant. Fixas PC Fundeb 40%	Exercício 2015
02.01.03.08.243.0005.2.005	3.1.90.11.00	33	20.000,00	Vencimentos e Vant. Fixas PC Fdo da Criança e do Adolescente (CMDCA)	Exercício 2015

Valor Total das Anulações	R\$ 721.000,00
----------------------------------	-----------------------



Prefeitura Municipal de Barrinha

Antônio Prado, 70-Fone (016) 3943-9400-Fax (016) 3943-1140-CEP 14860-000 - Barrinha-SP - CNPJ 45.370.087/0001-27

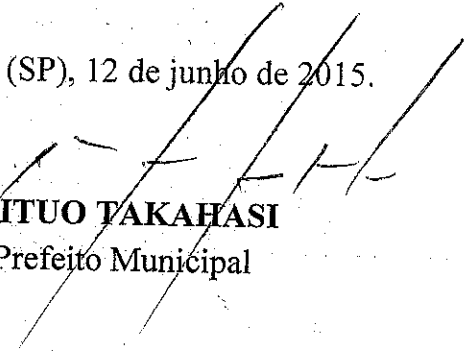
Praça

Art.2º Para fins de garantir absoluta transparência nas ações promovidas, o Executivo comunicará a abertura do presente crédito ao Egrégio Tribunal de Contas, ao Ministério Público Estadual e ao Poder Legislativo em atendimento ao disposto no Art. 44 § único da Lei 4.320/64

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Barrinha (SP), 12 de junho de 2015.


MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo
Praça Antonio Prado n. 70 - Centro - CEP 14860-000
Fone: (16) 3943-9400 - Fax (16) 3943-1140
CNPJ 45.370.087/0001-27

DECRETO Nº. 016 DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº: 2.305 de 05 de Janeiro de 2.015, em seu artigo 1º, § 1º, Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, crédito suplementar no valor de R\$ 205.000,00 duzentos e cinco mil reais), para reforço de dotação no orçamento vigente (LOA 2015 - Lei nº. 2.305 de 05/01/2015), classificadas e codificadas sob números:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.03.05.12.361.0011.2.011	3.3.90.39.00	105	50.000,00	Outs Serv T P J	Exercicio 2015
02.03.05.12.365.0012.2.012	3.3.90.46.00	115	50.000,00	Fundeb 40% Fund	Exercicio 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.39.00	154	20.000,00	Aux Alim	Exercicio 2015
02.06.01.08.244.0018.2.018	3.3.90.30.00	170	20.000,00	Fundeb 40% Fund	Exercicio 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.30.00	183	50.000,00	Outs Serv T P J	Exercicio 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.39.00	185	15.000,00	Fund M Saude	Exercicio 2015
				Material Consumoj	Exercicio 2015
				FMAS	Exercicio 2015
				Material Consumo	Exercicio 2015
				Serv Munic	Exercicio 2015
				Outs Serv Terc PJ	Exercicio 2015
				Serv Munic	Exercicio 2015

Valor Total dos Crédito Suplementar	205.000,00
-------------------------------------	------------

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes da anulação parcial/total de dotação do orçamento vigente classificadas e codificadas sob nºs:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.03.05.12.361.0011.2.011	3.3.90.30.00	103	50.000,00	Material Consumo	Exercicio 2015
02.03.05.12.365.0012.2.012	3.1.90.13.00	110	50.000,00	Fundeb 40% Fund	Exercicio 2015
02.05.01.10.301.0017.2.017	3.3.90.39.00	155	20.000,00	Obrig Patronais	Exercicio 2015
02.06.01.08.244.0018.2.018	3.3.90.36.00	172	20.000,00	Fundeb 40% Fund	Exercicio 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.36.00	184	15.000,00	Outs Serv T P J	Exercicio 2015
02.07.01.15.452.0019.2.019	3.3.90.39.00	185	50.000,00	Fund M Saude	Exercicio 2015
				Outs Serv Terc PJ	Exercicio 2015
				FMAS	Exercicio 2015
				Material Consumo	Exercicio 2015
				Serv Munic	Exercicio 2015
				Outs Serv Terc PJ	Exercicio 2015
				Serv Munic	Exercicio 2015

Valor total da anulação	205.000,00
-------------------------	------------



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 - Centro - CEP 14860-000

Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

DECRETO N. 002 DE 05 DE JANEIRO DE 2015.

Reabre crédito adicional especial na forma que especifica e dá outras providências correlatas.

MITUO TAKAHASI, Prefeito Municipal de Barrinha, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que preceitua o artigo 167, § 2º da Constituição Federal, e o artigo 45 da Lei Federal n. 4.320/64, bem como a Lei Municipal nº 2.294 de 17/09/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica reaberto ao orçamento vigente, com fundamento no artigo 167, § 2º da Constituição Federal c/c o artigo 45 da Lei Federal n. 4.320/64 crédito especial aprovado pela Lei Municipal n. 2.294 de 17/09/2014, no valor total de R\$ 423.600,36 (quatrocentos e vinte e três mil, seiscentos reais e trinta e seis centavos), para atender a seguinte dotação orçamentária:

Codificação	Categoria Econômica	Ficha	Valor R\$	Objeto	Período
02.03.01.12.365.0008.1.029	4.4.90.51.00	462	423.600,36	Obras e Instalações Ensino Infantil	Exercício 2015

Valor Total do Crédito Adicional	423.600,36
---	-------------------

Parágrafo único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes de:

I -) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior nos termos do § 1º, inciso I do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64, no valor de R\$ 116.400,03 (cento e dezesseis mil, quatrocentos reais e três centavos), motivado pela repasse voluntário do - FNDE;

II -) excesso de arrecadação a se verificar no presente exercício, nos termos do § 1º, inciso II do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64, no valor de R\$ 307.200,33 (trezentos e sete mil, duzentos reais e trinta e três centavos); motivado pelo repasse voluntário do - FNDE



Prefeitura Municipal De Barrinha

Estado de São Paulo

Praça Antonio Prado n. 70 – Centro – CEP 14860-000

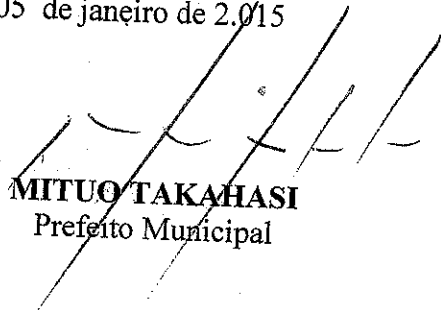
Fone: (16) 3943-9400

Fax (16) 3943-1140

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogada as disposições em contrário.

Barrinha/SP, 05 de janeiro de 2015


MITUO TAKAHASI
Prefeito Municipal